



O TRABALHO DO TUTOR EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Elaine Cristina Baroni Ferrari - UTFPR – elainebaroniferrari@hotmail.com

Carlos Laércio Wrasse – UTFPR – carlosl@utfpr.edu.br

Linha de Pesquisa: Bibliográfica e levantamento de dados a campo.

RESUMO

O presente estudo é apresentado para conclusão do Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino oferecido pela UTFPR, Campus Medianeira e realizado através do Polo de Paranavaí. O assunto contempla a importância do trabalho desenvolvido pelos tutores, seu perfil, suas habilidades e competências para atuarem em educação à distância assim como um panorama desta modalidade de ensino que é fruto desta sociedade contemporânea do conhecimento. O papel do tutor que antes era o de acompanhar um professor de uma determinada disciplina ganha amplitude e diferentes responsabilidades e assim, surgem novos tipos de tutores que demandam formação continuada para cumprirem as suas atribuições de acompanhamento do aprendiz no processo de ensino aprendizagem no interior dos ambientes virtuais de aprendizagem. Esta nova forma, ambiente e abrangência de prestação de serviços e seu amparo legal também está contemplado devido sua evidente importância e necessidade de discussão social sobre o futuro desta categoria de trabalho. O trabalho fora desenvolvido através de pesquisa bibliográfica e levantamento realizado através de um questionário junto aos tutores.

Palavras chave: Educação à distância. Tutor.

1 INTRODUÇÃO

Há demanda por indivíduos educados e capacitados para o mercado de trabalho e é cobrado das instituições educacionais. A educação a distância é uma modalidade que se reveste de potencial para colaborar nesta capacitação já que vem oferecendo quebra de barreiras de espaço e tempo, estando guarnecida com as novas tecnologias disponibilizadas conforme Costa (2010).

As instituições de ensino do setor público ou privado recebem autorização junto ao MEC para adentrar nesta modalidade ofertando cursos que apresentam demanda. Pensando em inovação e sem perder tempo, oferecem cursos sem se preocuparem com distância territorial e tentam manter-se na disputa da concorrência e sobrevivência empresarial. O ensino a

distância não é mais um projeto de educação à distância e sim uma nova concepção de educação (COSTA, 2010).

Esta pesquisa tem como enfoque apresentar o perfil do tutor, sua formação, habilidades e competências já que este personagem, no processo, é o que está em contato com os alunos e contribui para permanência e sucesso do aprendiz diretamente.

O estudo foi realizado no Polo de Ensino a Distância da cidade de Paranaíba – PR. Salienta-se que é o único Polo existente no município e que os tutores desta unidade aceitaram fazer parte do estudo proposto. Foi enviado via e-mail um questionário com dezesseis questões para acesso a algumas informações a serem levantadas. Após uma semana, devido a poucas respostas obtidas, houve a necessidade de realizar o levantamento de modo presencial.

Este trabalho busca respostas de como deve ser o perfil deste profissional, quantas horas de trabalho, sua formação, competências e habilidades necessárias, plano de carreira, forma para ser contratado, serão algumas das respostas a serem buscadas e apresentadas neste trabalho como suporte e orientação à tomada de decisão.

2 PANORAMA DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA EaD

Para Coutinho (2011), é inegável o desafio da educação formal com o propósito de ser igualitária, democrática e de acesso a todos, conforme preconiza nossa Constituição, ou em outros países.

De acordo com Costa (2010), o ensino a distância pode ser entendido como uma forma de inclusão social já que como ação, proporciona educação ao mais diferente público que por vez por falta de tempo, financeiro, acesso... restringe-se às oportunidades e condições de usufruírem do ensino superior presencial. A inclusão é um desafio contemporâneo e enquanto o cenário for o Brasil, por razões históricas e geográficas, precisa superar as desigualdades sociais no tocante a educação onde os indivíduos dotados de conhecimento e participação política, possam agir de forma consciente ampliando as oportunidades e seu estatuto de ser indivíduo pertencente à comunidade, cidadão.

Em Landim (1997), registra-se a existência de diferentes espécies de educação no que se refere ao contato físico existente, ou não, entre professor e aluno: presencial, semi-presencial e educação à distância. Os métodos, as técnicas, a tecnologia disponível e o ambiente de trabalho são primordiais para alcançar os objetivos da aprendizagem. Os alunos, além de receptores do conhecimento também o transformam e o importante não é somente a percepção em recebê-lo apenas e sim em produzi-lo e reproduzi-lo.

De acordo com Santos (2015), o governo criou a rede UAB (Universidade Aberta do Brasil) com diversos cursos e possui três pilares de sustentação: o MEC que conduz o processo central, as IES com a oferta dos cursos e os municípios e estados que sediam o polo presencial. Esta rede tem como prioridade a capacitação inicial e continuada dos profissionais da educação assim como interiorização de cursos superiores em diferentes áreas atendendo demanda reprimida e incentivo ao desenvolvimento de pesquisas sobre novas metodologias e TICs, ou seja, ensino superior alicerçado pelo trinômio: ensino, pesquisa e extensão.

Santos (2015) cita educação no sentido de “internalização dos parâmetros reprodutivos gerais do sistema”, ela é posta como subordinada aos interesses do capital e a organização capitalista do trabalho. A base educativa exigida então, se difere dos modelos taylorista e fordista, da ciência administrativa, que exigiam atributos escolares e culturais de pouca relevância para o trabalho robotizado que o ser humano desempenhava. A sociedade de hoje, pensando em termos produtivos exige flexibilidade e descentralização, considerando a democratização de liderança a aberturas da produção capitalista. A educação de formação profissional passou a ser vista como uma necessidade urgente para o novo tipo de trabalhador exigido, um trabalhador versátil, flexível, polivalente e aberto.

2.1 Ead e os diferentes tipos de professor

Lapa e Pretto (2010) dividem a figura professoral agrupando-a em duas categorias: professor conteudista e professor ministrante. Para atender as demandas administrativas próprias de um ensino de massa enxergam na divisão das tarefas docentes uma evidência da precarização do trabalho

docente – cujas diretrizes obedecem mais a critérios financeiros que a critérios pedagógicos.

É possível reconhecer essa dificuldade nas diferentes figuras de professores e suas funções. Por exemplo, quando o professor não trata o tutor como um professor como ele e atribui à tutoria um papel administrativo, de cobrar presença e trabalhos. Ou quando o professor planeja tudo sozinho e espera que os outros professores e tutores apenas executem a sua proposta, quando esses sequer conseguem compreender os objetivos pedagógicos que a orientaram, tornando-se, assim, um professor de script de autoria alheia (LAPA; PRETTO, 2010. p. 85).

Se considerarmos que não existe docente sem discente, para nos apropriarmos da visão de Paulo Freire, pensamos que seja mais adequado propor uma divisão diferente da proposta por Lapa e Pretto (2010), conforme o tipo de produto que o professor gera e o tipo de interação a que se dispõe no ambiente virtual de aprendizagem. Por outro lado, o professor universitário que atua na UAB, segundo os mesmos autores, também está inserido numa dinâmica de precarização do trabalho docente já que acumula funções, pois continua sendo professor da modalidade presencial, enquanto atende a EaD seguindo uma lógica de “complementação salarial” que não é incorporada em seus vencimentos – “bônus” financeiro que muitas vezes é gerenciado por Fundações Universitárias

Para mascarar estas tensões, surge a ideia de professor coletivo (BELLONI, 2001), como se o resultado da aprendizagem do aluno resultasse de uma soma dos esforços de todos os agentes do ambiente virtual – que em tese trabalhariam de modo integrado. Mas não há uma relação de igualdade entre as partes envolvidas na docência do EaD nos modelos observados e o trabalho apresenta-se mais como um trabalho seriado, como numa linha de produção – atendendo a perspectiva de um ensino de massas – do que a ideia de um trabalho em grupo em que todos dominam todas as etapas e interferem umas nas outras, por vezes trocando de posições, ocupando assim um papel muitas vezes mais burocrático que pedagógico. É neste sentido que são legítimas as críticas que acusam a EaD de autoinstrução, já que não se tem modelos de gerência em que haja interação visando crescimento pedagógico efetivamente que ocorra no interior dos ambiente virtuais de aprendizagem

como resultado efetivo de uma relação ou interação entre docentes e discentes – o que não significa que se deva negar os casos em que a EaD tem apresentado sucesso no que diz respeito a construção de novas práticas de comunicação e interação.

Em EaD, resumindo Santos (2015), Belloni (2001), Lapa; Pretto, 2010, esta categoria ramificou-se em:

a) Professor autor – que é responsável pela escrita do material textual de apoio ao estudante; Este professor assina um contrato editorial abrindo mão dos direitos autorais em troca de um pagamento pela confecção do material;

b) Professor apresentador – grava as vídeo aulas assistidas pelos alunos; este professor assina um contrato de cessão de imagem e assim como o de autorais e por um único recebimento, vender seu serviço e a instituição usá-lo por até dez anos ou vitalício. É como acontece em uma produção televisiva;

c) Professor tutor à distância - que acompanha as atividades dos alunos no ambiente virtual fazendo as correções e dando os feedbacks; esclarecimentos pelos fóruns; participam das videoconferências; acompanham na construção coletiva do conhecimento, selecionam material de apoio, participam dos processos avaliativos e atuam a partir da Instituição mediando os alunos geograficamente distantes. Os tutores ficam responsáveis por conhecer o material e tem maior autonomia para atuação pedagógica mesmo sem poder mudar a proposta do professor autor que está alheio ao contato com os estudantes;

d) Professor tutor presencial – acompanha os alunos quando estes estão presentes no polo que oferece o curso; auxiliam os alunos no desenvolvimento das atividades individuais ou em grupo fomentando o hábito da pesquisa; esclarece dúvidas em relação aos conteúdos específicos bem como ao uso das tecnologias disponíveis; participam de momentos obrigatórios como por exemplo o da avaliação e aulas práticas

“Quem é um bom docente será também um bom tutor” afirma Edith Litwin (2001). Um bom docente guia, orienta e apoia os discentes e da mesma forma o tutor que devem promover e favorecer a compreensão.

A autora destaca que o professor “cria propostas de atividades para a reflexão, apoia sua resolução, sugere fontes de informação alternativas,

oferece explicações, facilita os processos de compreensão; isto é, guia, orienta, apoia, e nisso consiste o seu ensino”. Da mesma forma, o bom tutor deve promover a realização de atividades e apoiar sua resolução, e não apenas mostrar a resposta correta; oferecer novas fontes de informação e favorecer sua compreensão. “Guiar, orientar, apoiar” devem se referir à promoção de uma compreensão profunda, e estes atos são responsabilidade tanto do docente no ambiente presencial como do tutor na modalidade a distância.

Bernardino (2011) atenta para que o profissional tutor tenha um preparo especial. O processo ensino-aprendizagem é rico, complexo e contínuo de transformação que se dá pela convivência, cognição, ética por intervenção formal e social de interatividade na educação e todos precisam cumprir seus papéis para que o processo seja eficiente e para tanto necessitam capacitação contínua.

De acordo com Santos (2015), os tutores precisam concretizar projetos que efetivem a aprendizagem alternativa através da comunicação, signos, tecnologia digital... agindo e modificando em tempo real, tornando-se co-autores no processo de construção do conhecimento desenvolvendo novas funções cognitivas, sociais e afetivas, seja em ambiente presencial ou a distância para atenderem as demandas de nosso tempo.

Maggio (2001) afirma que o professor fala: “amanhã continuamos” pois sabe que o aluno lá estará, enquanto o tutor, não sabe se o aluno estará na próxima tutoria ou voltará procurá-lo e por isto aumenta o compromisso da tarefa de tutor que tem três dimensões de análise: tempo, oportunidade e risco já que ele não pode dizer que “amanhã continuamos”. O tutor é considerado um professor no espaço virtual. É real enquanto o aluno está on line.

Sá (1998) traçou um comparativo entre professor convencional e o do tutor nos ambientes de EaD (Quadro 1).

Quadro 1 – Paralelo entre as Funções do Professor e do Tutor

EDUCAÇÃO PRESENCIAL	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Conduzida pelo Professor.	Acompanhada pelo tutor.
Predomínio de exposições o tempo inteiro.	Atendimento ao aluno, em consultas individualizadas ou em grupo, em situações em que o tutor mais ouve do que fala.

Processo centrado no professor.	Processo centrado no aluno.
Processo como fonte central de informação.	Diversificadas fontes de informações (material impresso, multimeios...).
Convivência, em um mesmo ambiente físico, de professores e alunos, o tempo inteiro.	Interatividade entre aluno e tutor, sob outras formas, não descartada a ocasião para os “momentos presenciais”.
Ritmo de processo ditado pelo professor.	Ritmo determinado pelo aluno dentro de seus próprios parâmetros
Contato face a face entre professor e aluno.	Múltiplas formas de contato, incluída a ocasional face a face.
Elaboração, controle e correção das avaliações pelo professor.	Avaliação de acordo com parâmetros definidos, em comum acordo.
Atendimento, pelo professor, nos rígidos horários de orientação e sala de aula.	Atendimento pelo tutor, com flexíveis horários, lugares distintos e meios diversos.

Fonte: Sá, Iranita. *Educação a Distância: Processo Contínuo de Inclusão Social*. Fortaleza, CEC, 1998:47.

2.2 Definição de tutor

A tutoria como método está registrada a partir do século XV no surgimento da universidade. Era usada como orientação de caráter religioso aos estudantes e seu objetivo era de infundir a fé e a conduta moral. Já no século XX, assumiu o papel de orientador e acompanhante dos trabalhos acadêmicos (Sá, 1998 in Machado).

A etimologia define tutoria como “termo usualmente exercido no vocábulo judiciário, vindo do latim tutorem – aquele que é responsável pela guarda do indivíduo, defensor, protetor”. Sá (1998 p. 45), complementa este significado afirmando que “tutor passou a ser visto como orientador da aprendizagem do aluno solitário e isolado que, frequentemente, necessita do docente ou de um orientador para indicar o que mais lhe convém em cada circunstância”.

Em 2007, o documento que aborda os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância a SEED/MEC, p. 21 diz acerca de tutor à distância:

“Sua principal atribuição é o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão pela Internet, pelo telefone,

participação em videoconferências, entre outros, de acordo com o projeto pedagógico. O tutor a distância, tem a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e, frequentemente, faz parte de suas atribuições participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem”.

O tutor presencial atende os estudantes em seus respectivos polos em horários definidos e deve conhecer o projeto pedagógico, o material e o conteúdo específico para auxiliar os alunos em suas atividades assim como fomentar pesquisa e ter conhecimento das tecnologias disponíveis. É ele que acompanhará o aluno nos momentos de presença obrigatória tais como: avaliações, aulas práticas, estágios supervisionados...

Para Poletto, Camana e Fiorio (2006), afirmam que este educador que responde pela designação de tutor, atribui-se muitos verbos que constituem sua ação: planejar, organizar, pesquisar, ensinar, explicar, reforçar, encaminhar, assessorar, problematizar, criticar, corrigir, aconselhar, motivar, autonomizar, reforçar, desafiar, avaliar, incrementar, alegrar e animar. Portanto ele é interlocutor mediador dos orientandos promovendo interação dialógica, observando e facilitando a busca e construção do conhecimento.

Bernardino (2011) diz que o tutor, em uma conversação didática e criativa, é capaz de promover o pensamento do aluno além de incentivar e contribuir para a construção do conhecimento. O tutor deve ser capaz de lidar com diferentes perfis de alunos e possuir atributos psicológicos e éticos como a maturidade emocional, empatia com os alunos, habilidade de mediar conflitos, liderança, cordialidade e especialmente capacidade de ouvir.

2.3 Formação de tutor

De acordo com Bernardino (2011), as exigências e a formação acadêmica em seleções de tutores devem ser requisitos básicos. É necessário um direcionamento e reorganização de currículo, para uma possível seleção de tutores, que ainda não está exatamente caracterizado e definido. Por isso, muitas vezes, algumas atribuições e requisitos ficam a critério da própria instituição que demanda.

Barros (2005) define esta formação de tutor com base na experiência em educação e a titulação, destacando a experiência no ensino presencial para compreensão das peculiaridades e diversidades dos indivíduos e as peculiaridades da EaD dando suporte as bases pedagógicas de aprendizagem, conhecimentos dos procedimentos de investigação e confecção de matérias nas diferentes mídias de comunicação além de terem uma formação continuada para acompanhamento da constante evolução de tecnologias interativas.

Landin (1997) afirma que é preciso capacitar o tutor para que seu trabalho possa ajudar a desenvolver o educando para:

“a realização plena da pessoa, permitindo-lhe o exercício da autonomia, a possibilidade de realizar-se no trabalho em grupo ou mesmo individualmente, desde que de forma colaborativa, auxiliando e sendo auxiliado, percebendo a coletividade e a relação de interdependência e de múltiplas conexões, tanto culturais como sociais e do conhecimento”.

Relembrando Paulo Freire: "o ensinar inexiste sem aprender e vice-versa", assim os indivíduos, em cooperação, vão se modificando continuamente como atores e construtores de seu próprio conhecimento, onde o ato educativo não é simétrico nem hierarquizado e o resultado será uma sociedade mais justa, tolerante, significativa, solidária e democrática.

2.4 Atribuições de tutor

No CBO - Classificação Brasileira de Ocupações – estabelecida pela Portaria Ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, descreve um tutor que não corresponde as atividades desenvolvidas na tutoria na Educação a Distância para o ensino superior, com código 3331 – que remete para a classificação de atividade como “instrutores e professores de cursos livres”.

Cada curso possui suas especificidades e por isto tem necessidades diferentes. O tutor não possui plano de carreira, e com isto sem definido suas funções e ascensão salarial. Frente a esta ausência, apresento um apanhado das atribuições para tutores levantadas em editais de seleção:

- Conhecer o projeto pedagógico do curso, sua organização, estrutura, funcionamento, material didático das disciplinas e o sistema de tutoria do curso;

- Orientar os alunos, enfatizando a autonomia, responsabilidade e autoimagem positiva, conforme definições compartilhadas com a equipe de professores das disciplinas;

- Orientar os alunos no uso de bibliotecas virtuais, nas atividades em grupo, e em outros recursos virtuais colocadas a disposição pela coordenação do curso e professores das disciplinas;

- Providenciar, juntamente com o coordenador do curso, professores das disciplinas e demais tutores a logística necessária à realização das atividades de formação, incluindo as avaliações;

- Manter contato com o coordenador do curso e professores das disciplinas informando-os sobre o desenvolvimento dos alunos, as dificuldades encontradas, a pertinência e adequação dos materiais instrucionais, das atividades de aprendizagem e do sistema de comunicação;

- Elaborar e encaminhar relatórios ao coordenador do curso contendo registro da participação dos alunos, de suas principais dúvidas e dificuldades em relação a tópicos das disciplinas e ao material didático e respectivas orientações e outros relatórios solicitados;

- Avaliar o material didático e o ambiente de aprendizagem sugerindo mudanças para a melhoria de sua eficiência, regendo definições conjuntas das equipes de tutores e professores das disciplinas;

- Participar de reuniões pedagógicas semanais, etapas de formação e acompanhar nos momentos presenciais.

Para a função de Tutor são colocados vários requisitos que expressos nos referidos editais como:

- Possuir, preferencialmente, vínculo profissional como serviço público (municipal, estadual ou federal);

- Ser portador de diploma de curso superior e Pós-graduação lato sensu ou stricto sensu ou estar regularmente matriculado em um Programa de Pós-graduação stricto sensu;

- Possuir experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do Ensino Básico ou Superior;

- Ter conhecimento na utilização de computadores e recursos de Internet como: web, e- mail, fóruns, chats e outras ferramentas de comunicação;

- Preferencialmente, ter feito curso de capacitação de tutoria em AVA;

- Disponibilidade para viagens;
- Disponibilidade para trabalhar aos sábados e eventualmente aos domingos.
- Não receber nenhuma outra bolsa de fomento governamental, (exceto bolsas do CNPq e CAPES que são pagas exclusivamente para alunos matriculados em Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu), quando da posse da vaga.
- Ter disponibilidade para participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Coordenação do Curso.

2.5 Competências gerenciais

Para Drucker (2002) a sociedade passa por ciclos e mudança de conceitos. Hoje estamos vivendo a era da gestão do conhecimento que demanda competências e habilidades para colaborar nesta sociedade de forma eficiente e eficaz. Estas competências englobam aspectos relacionados à organização, coordenação, planejamento, regras e tomada de decisão. Nesta sociedade do conhecimento ou sociedade da informação, o conhecimento passou a compor o próprio capital que passa a depender disso para sua acumulação e reprodução. Organismos internacionais que discutem o ensino superior enfatizam que a sociedade do conhecimento é inseparável da velocidade. Fala numa explosão do conhecimento tanto quantitativo quanto qualitativo.

Souza (2004), afirma que, além de formação, capacitação e competência para desenvolver atividades, precisa-se de aptidão para executá-las. Afirma que o tutor deve ter habilidades de comunicação, competência interpessoal, liderança, entusiasmo, criatividade, dinamismo, iniciativa e capacidade para trabalhar em equipes. Terá que ter perfil adequado composto de várias habilidades pessoais e competências técnicas. Ter uma educação continuada.

Para Nobre e Melo (2011), competência é a “[...] faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações, podendo

desta forma, abranger a competência para o trabalho e a competência para a vida”.

Novas ferramentas e recursos das TIC marcam também a evolução da EaD no processo ensino aprendizagem e potencializam a autonomia e a interação (VILLARDI, 2002; BEZERRA e CARVALHO, 2011). O tutor terá que ter perfil adequado composto de várias habilidades pessoais e competências técnicas para trabalhar em EaD.

Uma das categorias de competências fundamentais ao tutor é a gerencial, entendida, segundo Tractenberg e Tractenberg (2007), como a capacidade de organizar, planejar, coordenar e comunicar as atividades e procedimentos relativos a um curso. Segundo estes autores, faz parte ainda das competências atribuídas aos tutores suas competências técnicas/pedagógicas, gerenciais, tecnológicas e sócio afetivas.

Bernadino (2011) define as competências gerenciais como “habilidades de planejamento a curto e a médio prazo; prontidão na reformulação de estratégias para a solução de problemas e autonomia na tomada de decisões”.

Machado e Machado (2004), pontua três competências:

1 – Tecnológica – domínio técnico das ferramentas da internet e do AVA, busca de novas ferramentas e domínio dos procedimentos;

2 – Sociais – já que atuará com grupos de pessoas: de regiões distintas, vivências, culturas e interesses diversos, sendo exigida eficiente habilidade na gestão de pessoa;

3 - Profissionais: de possuir capacidade de gerenciar equipes e administrar talentos, para manter a atenção e interesse do grupo; dominar o conteúdo e os assuntos, a fim de esclarecer dúvidas, além de conhecer outras fontes bibliográficas, atividades e eventos relacionados aos assuntos.

As contratações são realizadas por divulgação através de editais que fazem chamadas públicas para seleção de tutores, são realizadas de acordo com a Resolução CD/FNDE n° 26 de 05 de junho de 2009.

2.6 Regulamentação

A mediação realizada pelo tutor, por meios tecnológicos, tenta vencer a distância física entre educador e o educando. E muda a relação e o meio de trabalho e nesta realidade não há ordenamento jurídico específico que garantam a legitimidade de profissionalização do docente virtual.

Segundo Gomes, o Presidente da Associação, “o maior desafio para os tutores hoje é conquistar a valorização da categoria que por muitas vezes é remunerada somente com uma bolsa auxílio ou com uma renda fixa, não sendo atribuído o valor do salário por hora aula”. Primeiro é necessário fazer-se uma reflexão sobre a sua identidade profissional, para chegarmos então a sua categoria sindical.

Em Scottini (2012), no Brasil, não há regulamentação para o trabalho do docente virtual que precisa atentar para especificidades como: duração dos contratos (por prazo determinado ou indeterminado ou por autoria); o número de alunos por docente; o horário de trabalho (por ser, em regra, não presencial não conta com controle físico, embora abundem recursos tecnológicos para viabilizar tal controle); as despesas com os equipamentos; os direitos autorais e de imagem (até que ponto o empregador pode utilizar os materiais ou reproduzir aulas).

2.7 Legislação

A regulamentação do trabalho de professor está prevista nos artigos 317 a 324 da CLT, como também emerge de normas coletivas desde que compatíveis com os preceitos especiais disciplinadores da matéria e das normas gerais e complementares da CLT, Leis, Decretos, Portarias, Pareceres complementares e Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Aspectos jurídicos da relação de trabalho do docente em EaD por meio de tecnologia virtual constata-se que não há qualquer dispositivo legal quanto ao trabalho docente. Mas há documento da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, denominado de Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância, no qual são apresentadas diretrizes às instituições.

O sindicato dos professores de São Paulo – SINPRO-SP aponta como questão também a ser discutida a figura do tutor. A entidade sindical tem

entendido que o tutor em EaD, como se trata de “profissional que vai acompanhar o aprendiz, solucionando as dúvidas do aluno, interagindo com ele, deve ser reconhecido como professor e deve estar protegido pela convenção coletiva da categoria”. Caso contrário, argumenta, corre-se o risco de “colaborar com a desqualificação profissional”.

Em outubro de 2014, o Desembargador Eugênio Cesário de Goiás após ouvir testemunhas em um caso (**Processo 0010027-13.2014.5.18.0006**) que envolvia a Anhanguera Educacional concluiu: “que a atividade “professor tutor à distância”, exercida pelo trabalhador, caracteriza o exercício de docência e, por conseguinte, assim deve ser remunerado”. Abre-se aqui uma jurisprudência na questão que vem sendo debatida em seus amplos aspectos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados levantados junto aos tutores foram realizados através de um questionário contendo dezesseis questões. Algumas respostas chegaram via e-mail e outras coletadas *in loco* no polo.

As respostas foram dadas por sete tutores sendo 71% (cinco pessoas) do sexo feminino e 29% (duas pessoas) do sexo masculino.

A idade dos pesquisados varia de 36 a 55 anos sendo maior concentração entre 41 e 45 anos.

Entre o grupo de respostas, cinco pessoas são tutores presenciais e dois tutores a distância.

Todos possuem graduação. As áreas de formação variam e citando-as: administração, direito, história, pedagogia e tecnologia em processamento de dados. A formação não parou com a graduação e todos possuem de uma a três pós-graduações e percebe-se por aqui a qualificação dos tutores sendo que há um título de mestre entre eles. A diversidade na formação, dando flexibilidade e descentralização exigida pela sociedade de hoje aos tutores conforme Santos (2015), para contribuir com o sistema de produção do conhecimento. Os tutores aqui atestam Bernardino (2011) quando atenta que a formação profissional do tutor tenha preparo especial e continuado assim como nos requisitos dos editais para seleção.

Antes de iniciarem o trabalho como tutor, todos receberam treinamento e o tempo de dedicação como tutor varia de um a nove anos de trabalho.

Apenas um tutor trabalha com uma disciplina enquanto os outros tutores variam a quantidade de disciplina conforme o cronograma para cada curso e neste grupo há tutor que já chegou a trabalhar com quinze disciplinas e confirma-se aqui Souza (2004) que, além de formação, capacitação e competência para desenvolver atividades, precisa-se de aptidão para executar,

O tempo de dedicação ao ambiente virtual de aprendizagem seja a distância ou presencial, também varia devido a quantidade de disciplinas e conforme observação de um(a) tutor(a) conforme o interesse da turma que interage mais ou menos.

A frequência de acesso também varia de uma a duas vezes por dia ou até mesmo em dias alternados. Esta frequência tem a ver com a capacidade gerencial do tutor onde ele organiza, planeja, coordena e se comunica entrelaçando suas competências gerenciais: técnica, pedagógica, sócio-afetiva conforme Tractenberg e Tractenberg (2007). As respostas apontaram que existe uma variação na quantidade de alunos que no momento está entre oito a cinquenta e um alunos. Um(a) determinado(a) tutor(a) colocou uma observação: “antes eram vinte e nove e agora são dezessete e isto conota o índice de desistência”.

Houve unanimidade quando a pergunta foi sobre a participação no planejamento da disciplina: ninguém participa do planejamento encontrando-se aqui, Lapa e Preto (2010) quando levantam sobre a divisão da figura professoral para atender a demanda e a precarização do trabalho devida esta divisão de tarefas.

Sobre o parecer da forma do trabalho de tutor, apenas uma pessoa considera como “bico” enquanto as outras consideram como trabalho formal e todos possuem outros empregos.

Ao avaliar a satisfação, quatro tutores(as) se sentem satisfeitos enquanto os/as outros/as três se sentem insatisfeitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor tutor, como professor efetivo nas análises deste estudo, profissionalmente não é legalmente registrado, ficando excluído de direitos trabalhistas, marginalizado como bolsista, sujeito a maiores jornadas de trabalho, menor remuneração, excluído do plano de carreira, altamente capacitado, multifuncional.

Por sua vez os professores-autores, não dão atendimento aos alunos e o atendimento pedagógico acaba por ficar ao cargo dos professores tutores, que avaliam a produção dos discentes, dão sugestões de bibliografia, e orientam as atividades desempenhadas.

Além da falta de segurança trabalhista e vínculo empregatício, outro fator de exploração informal visível nesta pesquisa, se expressa no controle do tempo dedicado a essa função de professor tutor, que tem seu tempo monitorado pelo sistema do ambiente virtual.

Segundo Mészáros, o ser humano dentro do sistema capital é totalmente alienado, é educado a obedecer aos objetivos do sistema. Esta dominação faz com que as sociedades todas (controlador e controlados) se sujeitem a todas as funções produtivas e distributivas do sistema capitalista, formando assim “divisão de trabalho”, “classes sociais” e “desigualdade”, desigualdade esta que é vista como “natural” do processo. Infelizmente, embora alguns desses professores tutores percebessem a precarização de seu trabalho, dada a ofensiva ideológica do capital, muitos desses trabalhadores, percebem esta exploração como algo natural devido à necessidade do trabalho.

REFERÊNCIAS

BELLONI, M. L. **Educação à distância**. 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BERNARDINO, H. S. A tutoria na EAD: os papéis, as competências e a relevância do tutor. **Revista Científica de Educação a Distância**. v. 2. v. 4. Jul. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/166-980-2-PB.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.

BEZERRA, M.A.; CARVALHO, A.B.G. Tutoria: concepções e práticas na educação a distância. In. SOUSA, R.P.; MOITA, F.M.C. da S.C.; CARVALHO, A.B.G. (Eds.). **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande, Paraíba: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2011. p. 233-259.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: MEC/SEED, 2007. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.

COSTA, M. L. F. (org). **Educação e novas tecnologias:** fundamentos, políticas e práticas. Maringá: Eduem, 2010.

COUTINHO, C. P. TPACK: em busca de um referencial teórico para a formação de professores em tecnologia educativa. **Revista Paidéi@.** UNIMES VIRTUAL, Vol.2, Número 4, Jul. 2011. Disponível em:
<<http://revistapaideia.unimesvirtual.com.br>>. Acesso em: 30 set. 2015.

DRUCKER, Peter: O melhor de Peter Drucker. Editora Nobel, ano 2002.

LANDIM, C. M. das M. P. F. **Educação à distância:** algumas considerações. Rio de Janeiro: s.n.1997.

LAPA, A.; PRETTO, N. Educação a distância e precarização do trabalho docente. In SOMMER, Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 84, p. 79-97, nov. 2010.

LITWIN, E. (org). **Educação a Distância:** Temas para Debate de uma Nova Agenda Educativa. Porto Alegre, Artmed, 2001.

MACHADO, L. de; MACHADO, E. de C. O papel da tutoria em ambientes de EAD. **XI Congresso Internacional da Abed.** Salvador, 7 a 9 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/022-TC-A2.htm>> Acesso em: 21 set. 2015.

MAGGIO, M. O tutor na educação à distância. In: **Educação a distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa.** Organizado por Edith Litwin. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

NOBRE, C.V.; MELO, K. S. de. Convergência das competências essenciais do mediador pedagógico da EAD. ESUD 2011. **VIII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância.** Ouro Preto, 3-5 de outubro de 2011. UNIREDE. Disponível em:<
[http://www.wr3ead.com.br/ENPED%202012/texto_base_etapa_2%20\(2\).pdf](http://www.wr3ead.com.br/ENPED%202012/texto_base_etapa_2%20(2).pdf)>. Acesso em: 30 Set. 2015.

POLETTO, R. L.; CAMANA, C. R. B.; FIORIO, R. M. [Acompanhamento tutorial em ambiente virtual de aprendizagem: uma experiência com categorização de interações.](#) **4º Seminário Nacional ABED de Educação a Distância,** Brasília, 9 a 11 de abril de 2006.

SÁ, I. **Educação a Distância:** Processo Contínuo de Inclusão Social. Fortaleza, C.E.C., 1998.

SCOTTINI, D. T. [Educação a distância: aspectos trabalhistas](#). **Revista Jus Navigandi**, Teresina, [ano 17, n. 3228, 3 maio 2012](#). Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21664>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

TRACTENBERG, L. E. F. ; TRACTENBERG, Régis . Seis competências para a docência online independente. In: **XIII Congresso Internacional de Educação a Distância**, 2007, Curitiba. Anais do XIII Congresso Internacional de Educação a Distância. São Paulo: 2007. Disponível em:<<http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/552007113218PM.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.

VILLARDI, R. **Educação a distância**: entre a legislação e a realidade. 2002. Disponível em: Acesso em: 12 dez. 2014.

